

ATA DA REUNIÃO DA DIREÇÃO NACIONAL DA ASSIBGE-SINDICATO NACIONAL, CONVOCADA PELA EXECUTIVA NACIONAL CONFORME A CIRCULAR - ASN/EN/024/2022, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022, E REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2022, POR MEIO DA PLATAFORMA ZOOM MEETINGS, COM A SEGUINTE PAUTA: 1) Conjuntura Nacional; 2) Andamento do Censo Demográfico e conjuntura interna do IBGE; e 3) Calendário de lutas. Aos vinte e cinco dias de novembro de dois mil e vinte e dois (25/11/2022), às 08h45 (oito horas e quarenta e cinco minutos), teve início o primeiro dia de reunião, sob coordenação da mesa diretora indicada pela Executiva Nacional para abrir os trabalhos e composta por **Cleiton Camargo, Nelson Thomé Filho e Fatmato Ezzahrá Schabib Hany**, que deram as boas vindas a todos e apresentaram esclarecimentos quanto ao funcionamento da reunião e a necessidade de realizá-la ainda em modo online, em razão do intenso trabalho do Censo 2022 e do recrudescimento da pandemia de SARS-Cov-2. No início dos trabalhos estavam presentes 39 (trinta e nove) participantes. Nelson Thomé Filho lembrou que em junho de 2023 (dois mil e vinte três) deverá ocorrer, estatutariamente, o próximo congresso nacional do Sindicato, em modo presencial. Também informou que 21 (vinte e um) núcleos realizaram assembleias com quórum, de acordo com o estatuto do sindicato, e elegeram representantes à reunião da DN. Procedeu-se ao painel sobre a conjuntura, sob o título “Cenários para o país, para o IBGE e para os trabalhadores no próximo período”, tendo como palestrante Ana Georgina, pesquisadora da seção Bahia do Dieese, graduada em Ciências Econômicas na Universidade de Brasília. Georgina caracterizou o governo eleito como de ampla coalizão e destacou que nem todas as definições serão feitas pelo Poder Executivo, cabendo muitas delas à representação legislativa eleita no mesmo pleito de outubro de 2022. Destacou que desde o golpe institucional de 2016, contra Dilma Rousseff, vem sendo operado um processo de desmonte de políticas públicas no Estado, atrelado ao Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95), que limita os investimentos nas políticas sociais, cabendo ao próximo governo lidar com as consequências desse período. Associado à Lei das Terceirizações (de março de 2017), à Reforma Trabalhista (de novembro de 2017), à Reforma da Previdência – tentada no governo Temer em 2016, sem sucesso, mas consolidada no governo Bolsonaro em 2019 – e a um profundo Programa de Privatizações, o “regime austero” constrange a realização de direitos. E embora Jair Bolsonaro tenha ultrapassado o teto de gastos em todos os quatro anos de mandato, serão colocadas dificuldades pelo mercado e o parlamento para que o governo Lula faça o mesmo. Ela também destacou as mudanças no mundo do trabalho, com as plataformas digitais, e a mercantilização dos direitos sociais. Falou sobre a contração do PIB (Produto Interno Bruto) e os impactos da autonomia do Banco Central num cenário internacional de grande incerteza, com queda das taxas de crescimento da economia mundial, puxada pela Europa, EUA e China, e sem indicação para um desfecho na guerra Rússia-Ucrânia. A nova onda da Covid traz novas incertezas e, ainda que países da OPEP recentemente tenham firmado acordo para contenção da produção e sustentação dos preços, os custos de alimentação continuam em patamar muito elevado. E o cenário internacional para o preço dessa *commodity* coloca grande incerteza sobre a evolução futura, dado o atrelamento da

política de preços ao mercado internacional. O novo governo possibilita a reinserção do Brasil no cenário internacional e o incremento do investimento estrangeiro direto, o que pode gerar mais empregos e relevância mundial, além de alterar o que hoje é um sinal de alerta econômico: a importação de 50% de produtos químicos de uso industrial (catapultada pela liberação irrestrita de agrotóxicos) de valor agregado maior do que nossos produtos de exportação. Georgina também destacou o desafio de superar o enfraquecimento das entidades sindicais após anos da crise e a Reforma Trabalhista, e que devem ser objetivos do novo governo reduzir a taxa de desemprego, retomar a política de valorização do salário mínimo nacional, promover mudanças na legislação trabalhista e sindical visando o fortalecimento sindical e da negociação coletiva, a proteção social e trabalhista dos grupos mais vulneráveis, corrigir a tabela do IRPF, retomar o Bolsa Família e programas das áreas de saúde e educação. Além de retomar obras paradas, a partir de conversas com governadores e prefeitos de capitais, e aumentar as transferências governamentais para programas sociais, a depender das negociações no Congresso Nacional. Fazendo um balanço de 2022, lembrou que todas as Centrais Sindicais apoiaram a candidatura de Lula e na sua maioria devem seguir apoiando o governo, num primeiro momento. No entanto, o encaminhamento da questão da legislação trabalhista e sindical pode provocar distorções e pode haver insatisfações importantes por parte do funcionalismo público federal já em 2023, uma vez que não haverá reajustes de salários, ao menos, neste ano. Disse ainda que é importante observar a resistência de pequenos e médios empresários a políticas como valorização do salário mínimo e analisar que a Justiça do Trabalho não tem se mostrado favorável aos trabalhadores. Por outro lado, o MPT (Ministério Público do Trabalho) tem sido um aliado, especialmente, após a Reforma Trabalhista. A ausência de previsão de recursos para diversos programas fundamentais na LOA (Lei Orçamentária Anual) 2023 e a permanência provável das Emendas do Relator no Congresso Nacional (orçamento secreto), o teto de gastos, a redução da arrecadação de ICMS, o arrocho salarial vivido pelo funcionalismo público federal, com um contingente de servidores aquém do necessário, e as ameaças de retomada do debate sobre a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e a regressividade fiscal colocam muitas limitações para as negociações e pouca governabilidade ao governo eleito. Após a exposição, representantes dos núcleos fizeram perguntas e contribuições de até 3 minutos. No encerramento do debate, Georgina recuperou o “Reforma Tributária Justa e Solidária”, ressaltando que considera difícil a discussão avançar no curto prazo, assim como é pessimista sobre a possibilidade de reverter em curto prazo medidas que foram expandidas na pandemia, como o teletrabalho e as contratações mais precarizadas, além da reversão da Reforma Trabalhista. Concordou que o governo terá que lidar com o peso do pagamento da dívida pública no orçamento, e que embora o novo governo seja mais alinhado aos trabalhadores, é governo e que, para que os trabalhadores se façam ouvir, é hora das lutas para reverter os ataques do último período. Da mesma forma, sobre a questão ambiental, a despeito dos conflitos do agronegócio com a sociedade – expresso, por exemplo, nas manifestações golpistas após as eleições – concordou que é urgente uma transição energética

justa. Em relação à grande representação da parcela de extrema direita da sociedade no Legislativo Federal, a ignorância de parcela da população sobre o funcionamento do Estado é um terreno fértil para o enraizamento desse pensamento, e que haverá muita pressão por parte deste setor derrotado nas urnas mas extremamente articulado, sendo o maior desafio não permitir que a extrema direita se fortaleça nesse processo. Para a palestrante, a presença da sociedade nas ruas é fundamental nessa disputa.

Encerrado o painel de conjuntura, **Nelson Thomé Filho**, informou a presença de 71 (setenta e um) representantes de núcleos, e **Cleiton Camargo Batista** deu início à **leitura do regimento interno** da DN. Feitos os destaques e alterado apenas o erro material no artigo 13, trocando-se a expressão “Congresso Nacional” por “Diretoria Nacional”, foi aprovada por aclamação a versão do regimento que segue anexa a esta ata. Às 11h20 (onze horas e vinte minutos), foi retomado o **debate sobre a Conjuntura entre os representantes da categoria**, incluindo análises sobre a situação do IBGE, tendo o Instituto se colocado como parte das dificuldades que a população vai enfrentar, como a falta de dados sobre a realidade brasileira resultante do enxugamento aceito para o Censo 2022. Frisou-se a necessidade de seguir as articulações com outras categorias para fortalecer as reivindicações, como seguir acompanhando o FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais). Também destacou-se a necessidade de repensar o movimento dos servidores públicos, que sempre foi decisivo na política do país, mas tem encontrado dificuldade de mobilização. Às 12h05 (doze horas e cinco minutos) iniciou-se o intervalo para o almoço e às **13h15 (treze horas e quinze minutos)**, foi formalizado **o retorno do intervalo**, com a coordenação da dos trabalhos conduzida por **Erika Varjão Santos, Elvis Vitoriano da Silva e Paulo Roberto dos Santos**, em nome da Executiva Nacional da ASSIBGE, deram **prosseguimento aos trabalhos**. Após o debate, foram realizados os **informes e apresentação das propostas da Executiva e dos núcleos aprovadas em assembleia** sobre todos os pontos da pauta. Pela Executiva Nacional, **Paulo Roberto dos Santos Lindesay** falou sobre a participação da ASSIBGE nas articulações do FONASEFE, que continua realizando reuniões semanais e formulando o calendário de lutas unitário. No dia 17 (dezessete) de novembro, o Fórum protocolou dois ofícios, um para reunião com o relator da LOA, outro solicitando reunião com equipe de transição do governo Lula, buscando a revogação da EC 23 e 95 e o reajuste emergencial. Em 25 (vinte e cinco) de novembro, as entidades se reuniram para finalizar um documento sobre essas reivindicações, ressaltando que as perdas acumuladas somente no governo Bolsonaro chegaram a 27%. O documento mostra a unidade das e dos servidores, mas não impede que cada categoria e carreira tome iniciativas específicas. O texto também aponta um novo lugar de negociação para as categorias a partir de 2024, com o primeiro orçamento aprovado já sob o governo Lula. Lindesay informou ainda que um Grupo de Trabalho da executiva discute uma proposta sobre o plano de carreira e iniciativas de pressão em defesa da valorização e importância do IBGE, com autonomia técnica e financeira. Assim que os documentos estiverem finalizados, serão divulgados à categoria para apresentação ao Executivo Federal. **Bruno Mandelli Perez** informou que a executiva teve uma reunião com o Grupo de

Trabalho de planejamento da transição para o governo Lula, quando foram apresentadas as demandas emergenciais dos trabalhadores do IBGE, como reajuste, concurso e reestruturação da carreira. Embora tenha havido concordância com as demandas por parte dos membros do GT, foi ressaltado que os trabalhos estão concentrados na revisão do orçamento para 2023 e que aquele não é um espaço resolutivo. O GT de Transição diagnosticou impactos orçamentários do censo, com a previsão de que cerca de 10% da população seja recenseada apenas ano que vem, o que exigirá uma suplementação financeira para finalizar o estudo: uma das bombas deixadas pelo governo Bolsonaro. **Libério Antônio**, representando o Núcleo Minas Gerais, falou sobre o funcionamento no estado e a grande participação de aposentados e associados ativos nas plenárias virtuais realizadas no último período. Também defendeu a realização de uma discussão sobre a importância do funcionalismo público para a sociedade. A assembleia aprovou proposta de que a ASSIBGE encaminhe as demandas da categoria em documento à equipe de transição do novo governo e reafirmar o repúdio da categoria à PEC 32, demandando o arquivamento da propositura. **Aline Pedro Carneiro**, em nome do Núcleo Canabarro/RJ, informou sobre atividades virtuais, híbridas e presenciais realizadas com participação de ativos e aposentados – entre elas, debates sobre os riscos da previdência complementar e também sobre a consciência negra. Falou ainda sobre o resultado das eleições para gestão do núcleo e da DN. A assembleia encaminha as seguintes propostas: exigir do novo governo a revogação de todas as medidas do governo Bolsonaro que atacam direitos (revogação), reafirmar o repúdio à PEC 32/2020 pedindo o arquivamento da proposta, apresentar ao grupo de transição para o novo governo as demandas da categoria e realização de atividades lúdicas de cunho político para atrair a participação de ativos e aposentados. **Manoel Vicente do Nascimento**, pelo Núcleo Alagoas, falou sobre as dificuldades de articulação com a categoria, que se refletiu na falta de quórum na assembleia para eleger representantes do Núcleo à reunião da DN. **Luiz Roberto**, do Núcleo Santa Catarina, relatou as ações em resposta aos ataques governamentais, como a participação no Fórum Estadual contra a PEC 32 e as jornadas de mobilização em Brasília (determinantes para barrar a Reforma Administrativa em 2021 e 2022), além da campanha de denúncias dos parlamentares que atacaram a categoria, o que naquele estado resultou na derrota do então deputado Darci de Matos (PSD). A assembleia aprovou apresentar ao grupo de transição do novo governo as demandas da categoria, incluindo o reconhecimento formal do direito de greve dos trabalhadores temporários do IBGE **José Maria Maia Júnior**, do Núcleo Pernambuco, falou sobre a posse da nova diretoria local e a participação no Grupo de Trabalho em Pernambuco na luta contra a PEC 32. **Cristiane Santos** informou que o Núcleo São Paulo tem realizado atendimentos às demandas locais da categoria, ampliando o atendimento aos trabalhadores, acompanhando os problemas gerados pela precariedade do Censo (condições indignas de trabalho e atrasos em pagamentos por parte do IBGE) e ressaltou a importância de a ASSIBGE discutir o que fazer juridicamente diante desses abusos (deliberação da assembleia, que também aprovou encaminhar ao SN a reafirmação da campanha de solidariedade ao ACS Tiago Marcolino. **Maria**

Léa dos Santos Souza, representando o Núcleo Rio Grande do Sul, relatou os problemas estruturais da entidade no estado e o processo de mudança de sede, mas frisou que têm cumprido as demandas colocadas. Relatou a ausência de um fórum de unidade entre as categorias no RS, as dificuldades de participação da categoria nas atividades do Sindicato em razão da sobrecarga imposta no Censo e um alto índice de desinformação entre os aposentados, que acreditam que não serão atingidos pela PEC 32. Registraram problemas na realização do Censo que receberam denúncias de assédio, estando em fase de levantamento de provas para dar suporte aos trabalhadores vitimados. A assembleia aprovou encaminhar ao futuro governo demanda de que sejam analisadas todas as denúncias com relação à postura das direções do IBGE e à realização em condições precárias e sem planejamento adequado do Censo Demográfico; e também que o governo assuma a posição debatida e aprovada nos fóruns da categoria em relação ao “perfil” das próximas direções do IBGE. **João Batista da Costa Machado** relatou que o Núcleo Pará tem buscado atender às demandas da executiva nacional, inclusive comparecendo a atividades em Brasília, relatou processo de eleição para a diretoria do Núcleo, cuja coordenação deve ser empossada no dia 19 de dezembro. **Elvis Vitoriano da Silva** relatou as dificuldades enfrentadas pelo Núcleo Sergipe para mobilizar a categoria (similares às já relatadas por outros núcleos), destacando que as assembleias *online* têm permitido a participação de trabalhadores lotados no interior daquele estado. A assembleia aprovou remeter ao futuro governo/grupo de transição as demandas da categoria e acompanhar no Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional 27/2021 (que trata das instituições permanentes de estado). **Susana Lage Drummond**, representando o Núcleo DIPEQ/RJ, abordou os problemas no Censo e demandas da categoria, ressaltando que o núcleo tem auxiliado no que é juridicamente possível, além de realizar assembleias presenciais e virtuais para ampliar a mobilização, com participação da juventude da categoria nas atividades, apesar da baixa adesão à sindicalização. A assembleia aprovou: reafirmar o repúdio à PEC 32, demandando seu arquivamento; e protocolar junto ao gabinete de transição documento com as principais reivindicações da categoria. **Cassius Marcelus** falou pelo Núcleo Paraná, informando que houve muitas demandas relativas ao atraso no pagamento dos recenseadores e ameaças de ruptura de contrato no início do Censo, e em razão da atuação focada nas respostas às demandas há um processo de fortalecimento da adesão da categoria ao Sindicato, inclusive no interior do estado. **Daniel Paz e Silva**, do Núcleo Piauí, relatou o processo de início da gestão e levantamento dos bens patrimoniais, realização de palestras (prevenção ao suicídio, ao câncer de próstata e à saúde da mulher) em todas as agências, buscando fortalecer uma política de saúde do trabalhador. Além da assistência jurídica aos sindicalizados. **Miguel Ângelo**, pelo Núcleo Sede/RJ, informou que têm sido realizadas reuniões mensais e têm identificado uma grande dificuldade no atendimento junto ao IBGE no dia a dia. Campanha salarial e pela tecnicidade estão em curso. Destacou o excelente processo eleitoral para coordenação na região, mas frisou que foi o único com segundo turno. Sugeriu uma reunião internúcleos no Rio de Janeiro, para traçar um perfil da categoria. Assembleia aprovou proposta de discutir sobre o retorno do

trabalho presencial e os impactos para as pretensões da categoria e da organização sindical, do ponto de vista institucional. **Breno Lima** trouxe o informe do Núcleo Chile/RJ, falou sobre o processo eleitoral do Núcleo e que está sendo preparado um levantamento sobre o perfil dos associados e da categoria de conjunto na unidade. Pretendem instituir assembleias mensais. Assembleia aprovou proposta de discussão do plano de carreira e autonomia técnica; abrir um processo de consulta à categoria para indicação de lista tríplice à administração do IBGE; ampliar o diálogo sobre a coleta de dados do Censo na Instituição, com a sociedade e com as bases do sindicato; e resgatar o histórico de luta de 2019 para para que fosse realizado o censo, no debate sobre os os problemas atuais. **Edmaions da Silva Carvalho** falou pelo Núcleo Mato Grosso e destacou a importância da reunião da DN e as dificuldades locais – com muitos trabalhadores acumulando funções para realização do Censo, quadro de pessoal insuficiente que gera impactos na saúde do servidor e na capacidade de trabalho e organização. O Núcleo tem se esforçado para realizar as atividades, formações e participar das atividades da executiva nacional. Encerrados os informes, às 16h50 (dezesesseis horas e cinquenta minutos), com a presença de 51 (cinquenta e um) participantes, foi encerrado o primeiro dia da reunião. Às 8h47 (oito e quarenta e sete) do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e dois (26/11/2022), sob a coordenação de Bruno Mandelli Perez, Dione Conceição de Oliveira e Erika Varjão Santos, teve início o segundo dia da reunião da diretoria nacional. Foi realizada a leitura do relatório de sistematização das propostas apresentadas ao longo dos debates na data anterior e encaminhadas em ata pelas assembleias realizadas nos núcleos sindicais, tendo sido aprovadas as seguintes propostas: **Sobre a conjuntura: 1)** A ASSIBGE reconhece os resultados da eleição presidencial e a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. O conjunto da sociedade civil democrática e dos movimentos sociais devem se manter atentos e mobilizados para garantir a posse do presidente eleito. Repudiamos com veemência as manifestações e diversos atos violentos por parte de grupos golpistas que buscam manter no poder o candidato da extrema direita derrotado na eleição; **2)** A ASSIBGE considera a revogação do teto de gastos medida fundamental e prioritária para a reconstrução nacional, retomada dos programas sociais, reerguimento das políticas públicas e valorização dos servidores públicos; **3)** O novo governo deve revogar de imediato todos os decretos e portarias do governo Bolsonaro que restringiram direitos dos servidores, reduziram espaço de participação democrática e desestruturaram políticas públicas – revogação já; **4)** Reafirmar o repúdio à PEC 32/2020, da reforma administrativa, solicitando o arquivamento da mesma, além de rejeitar qualquer tipo de reforma que retire direitos; **5)** Incorporar o calendário de lutas do FONASEFE e a mobilização em defesa da garantia de posse do governo Lula; **6)** Realizar uma campanha de esclarecimento à categoria sobre os principais ataques embutidos na reforma da Previdência - EC 103/2019. **Sobre o IBGE - reivindicações junto ao governo e parlamento, censo e gestão do Instituto: 7)** Protocolar junto ao gabinete de transição documento com as principais reivindicações da categoria, nos moldes da “carta aos candidatos” produzida pela ASSIBGE; **8)** Retomar junto ao novo governo e ao parlamento o esforço para fortalecimento institucional do IBGE, com

autonomia técnica e gestão democrática; **9)** Acompanhar e debater a tramitação da proposta de emenda constitucional 27/2021 e seus impactos no IBGE e para a categoria, no marco da discussão sobre defesa da autonomia técnica e o plano de carreira; **10)** Ainda no primeiro semestre de 2023, realizar campanha relativa às necessidades urgentes do IBGE, como reajuste salarial (para temporários e efetivos) e concursos para contratação de trabalhadores efetivos de nível superior e intermediário, visando a valorização da carreira e o atendimento das necessidades para funcionamento adequado da administração central, superintendências estaduais e agências; **11)** A ASSIBGE deve se posicionar publicamente de forma crítica sobre o andamento do Censo Demográfico 2022, relacionando o grande atraso na coleta, o atraso no pagamento dos recenseadores e os diversos outros problemas verificados na operação ao corte de orçamento e ao quadro reduzido de servidores efetivos, e responsabilizando o governo Bolsonaro/Guedes e seus indicados à gestão do Instituto pela situação enfrentada; **12)** Ampliar o diálogo sobre a coleta de dados do Censo – dentro da Instituição, com a sociedade e com as bases do sindicato; **13)** No debate sobre os problemas do Censo em andamento, a ASSIBGE deve resgatar o histórico da luta em defesa da pesquisa realizada desde 2019; **14)** Organizar denúncia ao Ministério Público sobre as irregularidades verificadas na realização do Censo – a EN encaminhará aos núcleos e à categoria orientações sobre o levantamento e encaminhamento de provas; **15)** Exigir do IBGE solução imediata para os problemas relativos ao atraso no pagamento dos recenseadores, que ainda persiste; **16)** Manter e divulgar a campanha de solidariedade ao colega Tiago Marcolino – ACS agredido no município de Amparo/SP, em 2/11, em um dos bloqueios bolsonaristas, mesmo estando em veículo oficial –, inclusive estimulando a categoria a apoiar financeiramente o custeio das despesas com advogado, e exigir apuração dos fatos e responsabilização dos agressores. Organizar também um ato em desagravo ao colega na cidade de Amparo; **17)** Moção de apoio às vítimas de violência durante o trabalho do Censo, denunciando a omissão do IBGE na defesa dos trabalhadores e cobrando seu envolvimento nos casos de judicialização; **18)** Realizar no início do próximo ano um ciclo de debates a respeito do PGD, que inclua um balanço do programa e do teletrabalho no IBGE, avaliando possíveis ajustes no programa. Sobre a **organização sindical da categoria:** **19)** Estruturar um projeto de formação de quadros, com produção por parte da DIESSE de documentação voltada para formação política teórica e prática (cartilhas e/ou apostilas), tendo como orientador metodológico científico o materialismo histórico dialético, a fim de garantir a práxis proposta de teoria e prática na abordagem dos diversos tópicos trabalhados; **20)** Realizar atividades de formação abertas à sociedade, construídas junto a movimentos sociais e em espaços de resistência em ambientes urbanos, rurais e de floresta, com os objetivos de: aproximar os sindicalizados da ASSIBGE das camadas da classe trabalhadora nas cidades, no campo e na floresta, levando a perspectiva da importância das pesquisas produzidas pela instituição para análise da realidade brasileira; e fomentar o senso crítico e a possibilidade de propor novas políticas públicas por meio de organização popular; **21)** Promover atividades lúdicas de cunho político para atrair a participação de ativos e aposentados; **22)** Reforçar a

orientação aos trabalhadores da categoria (com cartazes e textos produzidos pelo Sindicato sobre os riscos) para que não conduzam veículos oficiais sem cobertura de seguro em dia, além de exigir que o IBGE garanta que todas as viaturas em uso tenham seguro; e **23)** Apresentar ao futuro governo a reivindicação de reconhecimento formal do direito de greve dos ibgeanos temporários, pedindo sua intermediação junto à direção do IBGE, para promover a mudança nos contratos dos APMs e outros temporários, alterando-os para renovação anual para garantir maior estabilidade e segurança para o contratado. Realizados os debates, foram rejeitadas por deliberação consensual as seguintes propostas: “Cobrar ao futuro governo compromisso em relação ao perfil das próximas direções a serem nomeadas para o IBGE” e “Consultar internamente os ibgeanos para indicar uma lista tríplice para a presidência do IBGE”. A razão para a não aprovação das duas proposições é que esses são debates que se inserem na discussão mais ampla acumulada pela categoria que o correto para uma gestão democrática do IBGE seria a eleição dos gestores por parte dos ibgeanos. Também foi aprovado o seguinte **calendário de lutas**, por aclamação com registro de 41 (quarenta e uma) pessoas no plenário: **Ainda em 2022: 28/11 a 15/12** – Repasse das resoluções e debates da DN à base; **19/12** – Diplomação de Lula como presidente – participação nas manifestações em defesa da democracia. **Em 2023: 02 a 20/1** - Reunião das coordenações de núcleos para planejamento de atividades anuais (mês a mês); **22 a 31/1** - Roda de conversa sobre a conjuntura e o novo governo (presencial, virtual ou híbrida); **24/1** - Dia Nacional dos Aposentados (oportunidade de realizar atividade específica); **1º a 15/2** - Discussão sobre efeitos da EC 95 e da PEC 32 para os concursos e orçamentos dos serviços públicos (os núcleos podem convidar palestrantes de entidades sindicais, como Andes, Fasubra, Fenasps, Condsef, Afipea, Asfoc etc); **06 a 16/2** - Oportunidade de realizar atividades lúdicas e de integração com a categoria (grito de carnaval, concurso de marchinha etc); **08/3** - Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras (fazer atividade específica com temas relacionados – história da data, tipos de assédio, conceito de beleza, mulher e a cidade etc –, divulgar e participar das passeatas e atos convocados pelos movimentos de mulheres e sociais); **13 a 31/3** - Promover debates sobre os temas: **Qual o perfil de Presidente do IBGE queremos? Qual modelo de Eleição a ser adotado? Qual o tempo adequado de duração do mandato da diretoria do IBGE?** (oportunidade para os acúmulos da ASSIBGE sobre democratização da gestão e as reivindicações da base); **21/3** - Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial; **03/4 a 17/4** - Início da campanha pela Democratização no IBGE; **07/4** - Dia Mundial da Saúde (oportunidade de mostrar à sociedade como o desmonte do Censo impacta na formulação de políticas públicas, especialmente no pós pandemia); **19/4** - "Todo dia é dia de indígena" (oportunidade de debater o combate ao desmatamento, a defesa da demarcação de terras indígenas contra a violência e a criminalização dos povos originários e seus defensores, como ambientalistas); **28/4** - Dia de Combate aos Acidentes de Trabalho e homenagem às vítimas; **1º/5** - Dia Internacional dos Trabalhadores (convocar para manifestações de rua); **02 a 12/5** - Mês de aniversário do IBGE (debater "O impacto dos dados do IBGE nas políticas públicas e na vida das pessoas"); **15 a 31/5** - Eleição de representantes ao

Congresso Nacional da ASSIBGE; **29/5** - Manifestação nacional em defesa do IBGE (convocar entidades sindicais e da sociedade civil a participar de atos em frente às unidades, usando criatividade para chamar a atenção da imprensa, populares etc - assegurar o uso das máscaras, usar o mote "Sem concursos e recursos, o IBGE vai fechar" e lançar manifesto). O mês também é dedicado ao combate ao assédio moral; **Junho** - Congresso Nacional presencial da ASSIBGE (data a definir); e **28/6** - Dia do Orgulho LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer/não binário, assexuais, pansexuais e demais orientações sexoafetivas). Com a aprovação das deliberações, a reunião foi encerrada às 11h43 (onze horas e quarenta e três minutos) e presente ata foi lavrada fielmente aos debates realizados e assinada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

REUNIÃO DA DIREÇÃO NACIONAL DA ASSIBGE-SN
DE 25 A 26 DE NOVEMBRO DE 2022
ON-LINE ATRAVÉS DA PLATAFORMA “ZOOM MEETINGS”

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

Dos Objetivos

Art. 1º - A Reunião da Direção Nacional do ASSIBGE-SN - DN ocorrerá ordinariamente, com os seguintes objetivos:

- a) Deliberar sobre as questões fundamentais à organização do movimento interno dos trabalhadores do IBGE e ao movimento geral dos trabalhadores do Serviço Público, considerando para tanto o conturbado momento de transição de governo;
- b) Propor e deliberar por um plano de lutas acompanhando, tanto quanto possível, o calendário dos SPF's e do movimento geral dos trabalhadores, em especial no que concerne à luta contra a reforma administrativa, mas com especial enfoque na defesa do IBGE, para o que é preciso lutar por concurso público.

Art. 2º - Para atingir os objetivos estabelecidos no Art. 1º, a Direção Nacional deverá esgotar a seguinte pauta, desdobrada e detalhada, segundo o programa anexo:

- 1 - Conjuntura Nacional;**
- 2 - Andamento do Censo Demográfico e conjuntura interna do IBGE;**
- 3 - Calendário de lutas.**

CAPÍTULO II

Data, Local e Participantes.

Art. 3º - A DN será realizada no período de 25 a 26 de novembro de 2022, setembro de forma on-line, por meio da plataforma “Zoom Meetings”, conforme inscrito no ato de convocação, tendo os links individuais de acesso sido previamente remetidos aos delegados e observadores através de correio eletrônico.

Art. 4º - O quórum para a instalação da reunião de Direção Nacional é metade mais um dos Núcleos Sindicais estatutariamente organizados, ou que cumpram com os critérios estabelecidos no Art. 17 do Estatuto da ASSIBGE-SN e as decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo disposição expressa deste regimento.

Art. 5º - São considerados membros efetivos da DN:

- a) Delegados e observadores eleitos pelas assembleias dos Núcleos Sindicais, realizadas em conformidade com os preceitos inscritos no artigo 15 e seguintes

do Estatuto da ASSIBGE-SN, sendo que os primeiros deterão direito a voz e voto, cabendo aos segundos o direito a voz.

b) Diretores da Executiva Nacional, também nos termos do artigo 15 do Estatuto da ASSIBGE-SN.

Art. 6º - Os membros descritos no artigo supra terão sua participação na DN condicionada, conforme determina o artigo 16, § 3º do Estatuto da ASSIBGE-SN, à regularidade de sua eleição, a ser devidamente comprovada ante o envio dos documentos previamente solicitados pela Executiva nacional.

§ 1º - Os membros da DN, representantes de Núcleos, deverão ser eleitos em assembleias de sua respectiva base, conforme normas estatutárias do ASSIBGE-SN, na proporção de 01 (um) delegado para cada 250 (duzentos e cinquenta) trabalhadores na base e mais 01 (um) delegado por fração igual ou superior a 125 (cento e vinte e cinco) trabalhadores na base.

§ 2º - Caso o Núcleo Sindical não possua 250 (duzentos e cinquenta) trabalhadores em sua base, poderá eleger 01 (um) delegado.

§ 3º - De acordo com o estabelecido no Estatuto do ASSIBGE-SN, os Núcleos Sindicais com 350 (trezentos e cinquenta) ou mais trabalhadores na base poderão eleger um observador.

§ 4º - Afora os membros da DN, somente poderão permanecer em plenária a equipe de apoio designada pela organização da DN, bem como os palestrantes convidados.

CAPÍTULO III

Da Organização

Art. 7º - A organização da DN será de responsabilidade da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN.

§ 1º - As delegações deverão ser previamente inscritas, para o que devem apresentar os documentos suficientes à Executiva Nacional, conforme orientações previamente publicizadas por meio de circular aos Núcleos Sindicais, sendo tal inscrição requisito indispensável ao credenciamento dos delegados e observadores da respectiva delegação;

§ 2º - Recebidas regularmente as inscrições, far-se-á o prévio credenciamento, ao que será enviado link individual para acesso ao Reunião de Direção Nacional ao delegado ou observador através do endereço eletrônico informado;

§ 3º - Situações excepcionais e com justo motivo serão submetidas à mesa, que proferirá decisão da qual caberá recurso à plenária.

Art. 8º - À Comissão organizadora, indicada pela Executiva Nacional, caberá:

I – Criar condições para a realização da Reunião de Direção Nacional, realizando as contratações necessárias para tanto;

II - Organizar as assessorias necessárias;

III - Cumprir e assegurar o cumprimento do Regimento Interno;

IV - Formular propostas para a composição das Mesas Diretoras;

V - Instalar a mesa de abertura do Reunião de Direção Nacional;

Art. 9º- O Encontro de DN será socializado entre a Executiva Nacional, com a cobertura de 30% das despesas, e os Núcleos Sindicais estatutariamente organizados, que arcarão com 70%.

Art. 10º - Cabe a Executiva Nacional divulgar as deliberações da DN, através dos informativos da Entidade.

CAPÍTULO IV

Da Coordenação dos Trabalhos, Discussões e Votações

Art. 11º - Os trabalhos das plenárias de cada dia serão conduzidos por uma mesa composta de um coordenador, um vice-coordenador e um secretário.

§ 1º - Os trabalhos só poderão ter início caso a plenária esteja constituída por maioria simples, ou seja, metade mais um dos delegados presentes.

§ 2º - Ao início dos trabalhos de cada dia, serão eleitos os integrantes da mesa coordenadora.

§ 3º - Qualquer membro da mesa poderá solicitar sua substituição, a qualquer tempo.

Art. 12º - A Plenária Geral é o órgão máximo e soberano do Reunião de Direção Nacional e será composta por todos os delegados e observadores credenciados, nos termos estabelecidos no Estatuto, tendo como competência discutir, aprovar ou rejeitar em parte ou na totalidade todas as propostas que lhe forem dadas a apreciar, observando o regimento interno.

Art. 13º - Cada delegado terá direito a um voto, não havendo a figura do voto de Minerva e nem por procuração nesta Diretoria Nacional.

Parágrafo 1º - As votações nas Plenárias serão realizadas através do voto virtual, realizado por meio da ferramenta enquete da plataforma "Zoom Meetings".

Parágrafo 2º - Após o transcurso de lapso temporal suficiente, previamente comunicado pela mesa diretora, o processo de votação será encerrado, ainda que parte dos que constem como presentes nada tenham manifestado.

Parágrafo 3º - O voto é individual e intransferível.

Art. 14º - As deliberações nas plenárias serão tomadas por maioria simples.

Art. 15º - Para intervir na plenária, o delegado ou observador inscrever-se-á previamente junto à Mesa e o fará segundo a ordem de inscrição e deverá respeitar o limite de tempo que será estabelecido de comum acordo entre a Mesa e a Plenária no início dos trabalhos.

Parágrafo Único - Não será admitida a cessão de tempo integral ou parcial de um orador inscrito a qualquer outro orador, salvo quando a divisão do tempo for previamente autorizado pela mesa diretora.

Art. 16º - As questões de ordem serão encaminhadas à Mesa de forma escrita, por meio da ferramenta da plataforma empregada. A mesa então avaliará a pertinência da questão, ou a necessidade de consulta à Plenária, caso não haja consenso entre seus membros.

Art. 17º - As questões de encaminhamento serão solicitadas também por escrito à Mesa e, após favorável juízo preliminar quanto à adequação, apresentadas à Plenária e defendidas de forma sumária com tempo limitado a 1 (um) minuto. A Mesa avaliará sua pertinência ou não e submeterá o encaminhamento proposto à aprovação da Plenária, caso não haja consenso entre seus membros. Caso haja mais de uma proposta, estas serão submetidas imediatamente à votação pela Plenária.

Art. 18º – Serão submetidas ao plenário as propostas aprovadas em assembleias de Núcleo, na condição de instância estatutária, e desde que consignadas em Ata e apresentadas nos termos regimentais, sem prejuízo, contudo, de ser facultado à delegação do respectivo núcleo de origem retirá-las.

Art. 19º - Na plenária final, durante a leitura do relatório final os membros do Plenário poderão indicar destaques às propostas apresentadas.

Em seguida a Mesa colocará em votação o relatório final para aprovação em bloco pela Plenária, excluídas as propostas divergentes e aquelas destacadas. Em seguida os destaques e as propostas divergentes serão passados um a um, sendo que aquele que apresentou o destaque terá 1 minuto para apresentá-lo, após o que, sendo identificada a necessidade, será aberto o microfone para uma defesa a favor e outra contra, seguindo-se imediatamente a votação de cada matéria.

Se for do entendimento da Plenária, manifestado pela via mais acessível, que qualquer matéria não tenha sido suficientemente esclarecida, poderá a Mesa oportunizar mais uma defesa favorável e outra contrária à proposta. Finalmente a Mesa submeterá à aprovação final da Plenária o Relatório Final completo.

Parágrafo Único - As defesas das propostas divergentes serão feitas em 3 (três) minutos, sendo vedado também neste caso a divisão de tempo entre mais de um orador.

Art. 20º - Propostas atinentes ao plano de lutas apresentadas em manifestações feitas no decorrer dos painéis somente serão consideradas pela relatoria se, concomitantemente à apresentação oral, for apresentada de forma escrita à mesa pelos respectivos proponentes.

Art. 21º - Os casos omissos deste Regimento Interno serão levados para a decisão plenária, podendo participar apenas os delegados e observadores devidamente credenciados, ou seja, que tenham cumprido todas as orientações da CO e de acordo com os dispositivos estatutários.



SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM FUNDAÇÕES
PÚBLICAS FEDERAIS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
Av. Presidente Wilson, 210 - 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20.030-21
e-mail: assibge-sn@uol.com.br - tel: 21-3575-5757
www.assibge.org.br

Rio de Janeiro/RJ, 25 de novembro de 2022.

Executiva Nacional da ASSIBGE-SN
Reunião da Direção Nacional da ASSIBGE-SN